



A TERRA FANTÁSTICA DA AMAZÔNIA: DISCUTINDO A COLONIZAÇÃO DE ALTA FLORESTA A PARTIR DA DRAMATURGIA DE “FRAGMENTOS DE VIDA” (1995)

THE FANTASTIC LAND OF THE AMAZON: DISCUSSING THE COLONIZATION OF ALTA FLORESTA FROM THE DRAMATURGY OF “FRAGMENTOS DE VIDA” (1995)

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.21145>

João Vítor Marques Lima

Universidade Federal de Mato Grosso

 <https://orcid.org/0009-0002-1805-8406>

jvmarqueslima@gmail.com

Edvaldo Correia Sotana

Universidade Federal de Mato Grosso

 <https://orcid.org/0000-0001-7493-0997>

edsotana11@gmail.com

Recebido em 15 de maio 2024

Aprovado em 18 de junho de 2024

RESUMO: O objeto e fonte de estudo deste artigo é a dramaturgia teatral “Fragmentos de Vida” (1995), montada pelo grupo Teatro Experimental de Alta Floresta (TEAF), em 1996. Especificamente, pretende-se trabalhar com os seguintes recortes temáticos do texto: a) a participação do Governo Federal e a colonização na Amazônia Mato-grossense; b) a propaganda realizada pela colonizadora que buscava atrair famílias do interior do Paraná para o norte de Mato Grosso e c) a relação de colonos e colonizadora com o garimpo na região durante a década de 1980.

ABSTRACT: The object and source of study of this article is the theatrical dramaturgy “Fragmentos de Vida” (1995), staged by the group Teatro Experimental de Alta Floresta (TEAF), in 1996. Specifically, it is intended to work with the following thematic excerpts from the text: a) the participation of the Federal Government and colonization in the Mato Grosso Amazon; b) the advertising carried out by the colonizer that sought to attract families from the interior of Paraná to the north of Mato Grosso and c) the relationship of settlers and colonizers with mining in the region during the 1980s.

Palavras-chave: Dramaturgia, Colonização, Alta Floresta e Amazônia Mato-grossense.

Key words: Dramaturgy, Colonization, Alta Floresta, Mato Grosso Amazon.

INTRODUÇÃO

O grupo Teatro Experimental de Alta Floresta (TEAF) foi fundado em 1988 na cidade de Alta Floresta, tendo à frente, o ator, diretor e dramaturgo Agostinho Domingos Bizinoto Macedo (1952-2017). Além dele, também integravam o grupo, no período de sua fundação: sua esposa Elisa Gomes Machado, Marcos Roberto Tiso, Márcia Trindade, Everson Luiz Tiso, Ronaldo Pereira, Clélio Eduardo de Freitas, Cláudio José Freitas, Dalva Lúcia Lautori, Andréia Silva, Hermes Rodrigues de Araújo, André Villaverde de Araújo, Arnaldo Batista da Silva, Antônio Gonçalves Franco¹.

O TEAF produziu e encenou a dramaturgia “Fragmentos de Vida”, organizada por Agostinho Bizinoto, no ano de 1995. Foi montada pelo TEAF em 1996 e remontada em 2006. A peça tem como base a dissertação de mestrado da professora Regina Beatriz Guimarães Neto, defendida em 1986, intitulada “A Lenda do Ouro Verde”. Além da dissertação, a elaboração do texto teatral se valeu de memórias dos integrantes do grupo que colaboraram na produção textual. A dramaturgia busca abordar os primeiros anos da colonização da região norte do estado, desde a chegada dos primeiros colonos, a questão do garimpo que toma conta da cidade na década de 1980, a influência da colonizadora Integração Desenvolvimento e Colonização² (INDECO) e a questão do indígena, apagado da memória coletiva da cidade e da região. Em seguida, trata da descoberta e dos impactos do ouro na vida da nova cidade, finalizando seu percurso em questões e problemáticas da cidade na década de 1990.

Com relação à sequência, “Fragmentos de Vida” (1995) foi estruturada sem cenas definidas, mas para colaborar na discussão levantada no artigo, durante o processo de análise foi identificada que o espetáculo pode ser dividido em 11 cenas, que abordam sobre a “história da migração para esta região do país, incluindo o extremo norte de Mato Grosso já pertencente à Amazônia, utilizando uma linguagem poética nesta saga humana em plena selva, abrindo caminhos, grandes clareiras e construindo moradias” (MACEDO, 2008, p. 93). Em suas duas versões, o espetáculo tinha como adereço cênico e recursos luminosos a presença de tochas, lamparinas e lampiões, o que ambientava o espaço cênico

1 Nomes registrados na Ata da Reunião (Assembleia) do dia 26 de novembro de 1988.

2 A empresa Integração Desenvolvimento e Colonização (INDECO) foi fundada no ano de 1973, é caracterizada como uma empresa do ramo de construção.

com fumaça e odor de querosene, remontando os anos iniciais da ocupação assim como as queimadas presentes na cidade de Alta Floresta durante a década de 1990, devido ao recorte documental selecionado para essa pesquisa, não nos aprofundaremos na encenação, e escolhas estéticas do espetáculo, mas sim na sua dramaturgia e nas representações que ela constroi a partir da nossa análise juntamente a historiografia sobre o período da colonização da região.

Cumpramos observar que Alta Floresta foi fundada em 1976 pela colonizadora INDECO. Teve sua emancipação enquanto município em 1979³. Durante os primeiros anos, a intenção da colonizadora era gerar um ambiente de produção agrícola a partir do café e guaraná. Com o fracasso dessas culturas, na década de 1980, teve como principal produto econômico a extração de ouro. Após a decaída da atividade mineral aurífera na região, a cidade passou a ter como principal geração de receita a extração de madeira e a criação de gado. Já nos anos 2000, a produção de gado para o abate e a presença de frigoríficos se tornou a produção principal do município. Na última década (2010) o agronegócio, com a cultura da soja, que já era forte no centro sul do estado, começa a ganhar força na região.

Portanto, o artigo tem a pretensão de discutir o processo de colonização do extremo norte do estado de Mato Grosso a partir da dramaturgia teatral "Fragmentos de Vida" (1995). De modo específico, pretende-se trabalhar com os seguintes recortes temáticos do texto: a) a participação do Governo Federal e a colonização na Amazônia Mato-grossense; b) a propaganda realizada pela colonizadora que buscava atrair famílias do interior do Paraná para o norte de Mato Grosso e c) a relação de colonos e colonizadora com o garimpo na região durante a década de 1980.

Para pensar a pesquisa que tem como fonte a dramaturgia, é necessário trazer para a discussão a historiadora Rosângela Patriota, que problematiza a relação entre a encenação e a dramaturgia. A pesquisadora aponta à seguinte problemática para pensarmos na produção do conhecimento histórico:

3 O município foi criado em 18 de dezembro de 1979, através da Lei Estadual nº 4.157.

Da mesma forma, estudar a obra de um dramaturgo requer, do pesquisador, particular atenção com o momento da escrita, de modo que apreenda as referências e o repertório utilizado pelo autor, além de estabelecer as interpretações que ela foi obtendo ao longo do tempo, dos estudiosos e/ou críticos teatrais. Contudo, quando a proposta volta-se para a análise do impacto histórico de uma montagem teatral, os recursos a serem mobilizados envolvem, preponderantemente, a interlocução do espetáculo com os segmentos sociais, que interagem com a sua proposta. Especificamente, nesse contexto, as intenções iniciais do dramaturgo podem ser subvertidas, dando origem a outros significados e objetivos, muito mais condizentes com as expectativas do diretor e do elenco, responsáveis pelo trabalho. (PATRIOTA, 2008, p. 44)

Deve-se, ainda, apontar as contribuições do historiador Roger Chartier que norteiam nosso estudo. Destaca-se suas posições sobre a literatura impressa, notadamente as publicações dos textos teatrais. Afinal de contas, o teatro é a Arte do encontro e, quando tiramos esse encontro entre ator e público, o jogo teatral se perde:

O teatro não é escrito para que um leitor o leia numa edição saída dos prelos, ele é feito para ser encenado. É isso que Molière chama de ‘ação’ ou ‘jogo do teatro’. [...] É a priori ilegítimo separar o texto teatral daquilo que lhe dá vida: a voz dos atores e a audição dos espectadores. (CHARTIER, 1998, p. 26-27, grifo do autor)

A partir disso, utilizaremos o conceito de representação em nosso artigo. Para Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Assim, é possível tratar nosso objeto de pesquisa como produto de um olhar sobre a colonização de Alta Floresta⁴, buscando, assim, compreender a forma utilizada para apresentar na dramaturgia acontecimentos e figuras presentes na vivência daqueles envolvidos em sua produção. Dessa forma “[...] esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.” (CHARTIER, 2002, p. 17).

4 É importante compreendermos o conceito de “colonização”. “Para Moreno e Higa (2005), ‘[...] processo de ocupação e valorização de áreas disponíveis para o povoamento e exploração econômica [...]’. A colonização é, também, ‘[...] um processo indissociável da migração. A migração envolve múltiplos condicionantes de natureza econômica e social, e também causas subjetivas, de difícil avaliação’”. (MORENO; HIGA, 2005, 52-3 apud GALVÃO, 2013, p. 2).

Tem-se em mente que analisar a dramaturgia pode auxiliar no entendimento das relações de poder, dessa forma fizemos a leitura do documento em questão, em seguida, delinearíamos alguns temas, separamos os trechos relativos a tais temas e registramos em fichas. Três eixos do material pesquisado constarão nas páginas seguintes. São eles: Participação do Governo Federal, Propaganda e Garimpo. Considerando os temas que serão explorados, as representações engendradas na peça e a discussão sobre território, inserimos nosso trabalho na chamada história política renovada. Notadamente observando que “as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças.” (RÉMOND, 2003, p. 20), buscamos identificar a partir da produção cultural, aqui utilizada como fonte e objeto de estudo, uma intrínseca relação de poder entre governo federal, colonizadora, colonos, garimpeiros, natureza e povos indígenas. Em nosso trabalho o objeto de estudo se encontra no fato de que o “historiador de uma época distribui sua atenção entre os diversos objetos que solicitam seu interesse na proporção do prestígio com que a opinião pública envolve os componentes da realidade.” (RÉMOND, 2003, p. 15). A dramaturgia utilizada em nossa pesquisa é fruto de um determinado grupo de pessoas que, inseridas na realidade de Alta Floresta, produz a partir de suas inquietações sobre os processos de colonização e ocupação da região da Amazônia Mato-grossense.

É preciso observar que existem alguns estudos sobre o Teatro Experimental de Alta Floresta. Em sua dissertação de mestrado “O lugar e a cena: a territorialidade na poética do Teatro Experimental de Alta Floresta” (2020), Ronaldo Adriano Freitas Lima propõe uma discussão sobre a relação do grupo com o território no qual está inserido. O pesquisador aponta o fazer teatral do TEAF e discute a relação do grupo com a região da Amazônia Mato-grossense, bem como as poéticas teatrais abordadas e utilizadas pelo grupo durante sua trajetória.

Em todos os espetáculos trabalhados na dissertação, assim como na discussão elaborada pelo autor, podemos identificar a relação entre o grupo e o espaço no qual ele está inserido. Lima (2020) estabelece um recorte muito específico no capítulo 3 intitulado “Fragmentos de Vida – A ocupação da Amazônia Mato-grossense nos palcos da cidade”. O pesquisador se debruça sobre a peça e discute a poética teatral ligada ao processo de montagem do espetáculo, caminhando pelo processo de criação da dramaturgia e da encenação, assim como demonstrando e discutindo a remontagem do espetáculo em 2006. Lima

também realiza em sua dissertação uma discussão a partir da dramaturgia, apontando questões importantes para o grupo. Já o nosso trabalho, pretende apresentar a discussão presente na dramaturgia do espetáculo, que estão diretamente ligadas a ocupação e colonização da região norte de Mato Grosso. O trabalho aqui desenvolvido, busca abordar uma região pouco trabalhada na historiografia mato-grossense, devido sua integração recente. Mas para além da discussão do acontecimento histórico, essa pesquisa busca abordar o teatro enquanto fonte para pesquisa histórica.

“FRAGMENTOS DE VIDA” (1995)

Como documento para a realização da pesquisa, tivemos o texto teatral de Agostinho Bizinoto, a dramaturgia “Fragmentos de Vida”(1995) que está publicada no livro “Textos Teatrais de Agostinho Bizinoto: Dramaturgia Popular Surgida de Experiências em Grupo”(2008). Assim, a pesquisa documental foi realizada com a dramaturgia do espetáculo intitulado “Fragmentos de Vida”, escrito e organizado em 1995, publicado em 2008, já com alterações no texto original,

O texto é uma colagem dramatúrgica organizada por Agostinho Bizinoto, a partir de fragmentos ou textos escritos baseados na obra de Regina Beatriz Guimarães Neto; trechos da letra da música ‘Luz do Sol’ de Caetano Veloso; um texto inspirado no poema ‘A Bomba’ de Carlos Drummond de Andrade, poema ‘Rio’ de João Cabral de Melo Neto e texto inspirado na letra da música ‘O Pulso’, composição de Toni Bellotto, Marcelo Fromer e Arnaldo Antunes, gravada pela Banda Titãs. Everson Luiz Tiso (então membro do Grupo) assina o texto ‘luz’ e os demais são de autoria de Bizinoto [...] (MACEDO, 2008, p. 93 *apud* LIMA, 2020, p. 74-5)

O processo de construção e montagem, tanto da dramaturgia quanto da encenação do espetáculo, não foi amplamente documentada. Por isso, o presente trabalho opta por realizar um recorte documental somente na dramaturgia enquanto fonte histórica e objeto de pesquisa. Mas para compreender a análise da dramaturgia, vemos necessária a compreensão do contexto do espetáculo teatral montado a partir da dramaturgia aqui analisada. A peça teatral estreou no dia 24 de março de 1996 e ficou em cartaz como repertório do grupo por 10 anos (LIMA, 2020, p. 71). A primeira montagem foi pensada para ser apresentada em espaços convencionais, como um palco, urdimento e com apoio de equipamentos técnicos. Em 2006, o TEAF, como parte do projeto “Teatro no Campo”, contou com

recursos do Fundo Estadual de Fomento à Cultura e produziu uma remontagem do espetáculo com a intenção de apresentá-lo em espaços alternativos. Nessa remontagem as apresentações aconteciam preferencialmente em ambientes naturais, próximos a matas e florestas, assim como lagos e rios, aproximando o público de um ambiente similar ao encontrado pelos primeiros colonos ao chegarem na região. Nas duas versões, o espetáculo possuía cerca de 30 minutos de duração, contando com 8 atores em cena e 1 técnico de luz.

Entrando na discussão realizada a partir da análise da dramaturgia, iniciamos apresentando uma importante problemática presente na dramaturgia que nos demonstra uma construção da representação da Participação do Governo Federal no processo de ocupação da Amazônia.

1. Campanha do Governo Federal sobre a Amazônia, lançada pelo Presidente Geisel e muito bem continuada pelo Presidente Figueiredo.
2. INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR
3. Integrar o HOMEM sem pensar na Natureza / Integrar sem pensar no Solo / Sem pensar nos bichos / Sem pensar nos rios / Sem pensar nas consequências
1. Não entregar a Amazônia / Possui-la com coragem de matar / Não entregar a Amazônia / Ateando fogo com facilidades
2. Integrar criando cidades / Pisando nos índios / Matando histórias / Sufocando os tempos
3. INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR / ASSIM QUER O GOVERNO / CUSTE O QUE CUSTAR. (MACEDO, 2008, p. 101-2, grifos do autor)

Durante o Regime Militar (1964-1985) o lema do programa de integração nacional foi “ocupar para não entregar” (SANTANA, 2009, p. 3), demonstrando que a visão do governo era de um vazio demográfico na região amazônica, e que deveria ser ocupado para evitar a perda desse território, dado o contexto de Guerra Fria (1945-1991). Essa busca pela conquista da Amazônia, diferente da incorporada no processo do Estado Novo (1937-1945)⁵, possuía a lógica de “[...] INTEGRAÇÃO NACIONAL, fundamentada na concepção militar de SEGURANÇA NACIONAL.” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 39, grifos da autora). Deve-se salientar que essa ocupação não levava em consideração populações que habitavam essas regiões, ge-

5 O Estado Novo foi um regime político resultado do golpe de 1937 organizado pelo então presidente Getúlio Vargas, utilizando de pretextos como a ameaça do comunismo no Brasil, para garantir que se mantivesse no poder, tendo em vista que segundo Maria Celina D’Araújo (2000, p.8) “O ‘novo’ aqui representava o ideal político de encontrar uma ‘via’ que se afastasse tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo, duas doutrinas políticas que, desde meados do século XIX e mais intensamente a partir da revolução soviética, competiam entre si no sentido de oferecer uma nova alternativa política e econômica para o mundo. Havia em ambas a ambição de corrigir os problemas do capitalismo: desigualdade social, crises, insegurança econômica, conflito de classes e de interesses”.

rando, assim, diversos e diferentes conflitos. Quando observamos a ocupação desses “vazios” podemos problematizar as políticas de colonização e de povoamento dessas regiões,

O governo utilizou a colonização no Brasil como estratégia para o povoamento e a exploração econômica de ‘novas terras’, com a finalidade de ocupar espaços que tinham pouca ou quase nenhuma densidade populacional no interior do país. Desconsiderava-se, porém, nos programas de colonização, que nesses espaços vazios morava uma população indígena, como também ‘garimpeiros, posseiros, além de povos e comunidades tradicionais representados por extrativistas, pescadores, quilombolas e ribeirinhos’. (MENDES, 2012, p. 201 *apud* GALVÃO, 2013, p. 1)

Na década de 1970, surgiu o Programa de Integração Nacional (PIN) que tinha como objetivo gerar a integração da região amazônica com o restante do país, assim como gerar investimentos na Amazônia (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2017, p. 6). Essa integração teria como motor a proposição de empreendimentos imobiliários e empreendimentos agropecuários que possuíam políticas de incentivos fiscais para se fixarem e promovessem suas atividades na região amazônica como parte das políticas de segurança e integração nacional. Esses empreendimentos imobiliários em alguns casos eram organizados e promovidos por empresas do setor privado, como foi o caso da empresa INDECO S/A dona do projeto de Alta Floresta, essa participação do setor privado os estabelece como intermediador entre o INCRA e os colonos. (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2019, p.115).

Uma das principais ações dessa intenção de integrar o Brasil, foram as construções de rodovias federais que ligam remotas regiões do norte do país com rotas nacionais ao sul do território, como é o caso da BR-163, que liga Cuiabá - MT a Santarém - PA. Essa rodovia foi primordial para a existência dos diversos projetos de colonização localizados no norte de Mato Grosso, como o da cidade de Sinop, principal polo da região na atualidade, que está às margens da BR-163. Alta Floresta está a aproximadamente 200 km desta rodovia, “Certamente que a construção da MT-208, estrada que liga a BR-163 a Alta Floresta, já estava nos planos da ditadura militar em 1976, [...]. A construção da estrada foi finalizada em 1981.” (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016, p. 210).

A venda e autorização para o estabelecimento dessas empresas sobre áreas tão grandes partiam do pressuposto de que estavam desocupadas, o que não correspondia às realidades locais como bem sabia o governo federal. Os relatos de conflitos, mortes,

ameaças, expulsão de comunidades inteiras com o uso da força tornaram-se frequentes, (Guimarães Neto, 2014). É importante destacar que a analogia do discurso histórico que associa essas empresas e empresários que desenvolvem projetos de colonização na Amazônia aos bandeirantes, terem sido chamados na grande mídia de bandeirantes 'modernos' ou 'do século XX' guardavam em seu avesso a mesma semelhança com as incursões sertanistas do XVIII, que os marcou como matadores de índios, destruidores de comunidades locais. (GUIMARÃES NETO, 2014 *apud* JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2017, p. 16)

No caso de Alta Floresta, não existe na memória da cidade, a existência de populações indígenas na região que compõe hoje a cidade. Nos primeiros anos de colonização da cidade a própria colonizadora INDECO aponta a não existência de populações originárias nessa região, o que facilitaria a integração deste território,

De fato não era comum a observação de indígenas e realmente o senso comum foi convencido de a cidade ter sido instalada em lugar onde não havia índios. Até na atualidade são raras as referências a povos indígenas no município, muito embora exista uma grande fazenda, historicamente ligada à empresa 'colonizadora', com o nome Kaiabi; os nomes dos municípios de Apicás e Paranaíta, de origem indígena; e centenas de sítios arqueológicos na região. (LIMA, 2020, p. 83)

Também existem relatos de ex-funcionários da colonizadora que explicam investidas que eram realizadas a serviço da empresa, que buscavam capturar e assassinar grupos indígenas que estavam presentes na região, antes mesmo da abertura da clareira da cidade e da chegada dos primeiros compradores das terras da gleba de Alta Floresta (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 83).

A dramaturgia aborda essa questão do "vazio" na cena 3 do espetáculo, na qual um ator diz: "2. Era uma vez um lugar muito bonito, de lenda e solidão, e que só não podia ser mais bonito porque 'não tinha homens', e não existindo homens não haveria família abençoada, terra trabalhada e tudo se perderia..." (MACEDO, 2008, p. 96). Essa fala contrapõe a cena anterior da dramaturgia, na qual o público escuta o relato do indígena anunciando a destruição promovida pelo homem branco. Como apresentado acima, a não presença de populações indígenas na cidade é um fato construído pela colonizadora para facilitar a ocupação da região, assim como um rastro da política governamental de "vazios demográficos", ao mesmo tempo que essa fala aponta para a inferiorização do indígena enquanto ser humano que não foi "escolhido por Deus" para tornar a terra próspera.

Ainda sobre a presença de povos indígenas na região, pode-se apontar as "limpezas" realizadas pela própria empresa. Em sua dramaturgia, Macedo (2008,

p. 96) aponta “3. Será fácil rasgar a carne do índio e abrir as veias da Floresta!”. E a historiadora Regina Beatriz também aponta esse processo em sua dissertação, “A esse respeito, referindo-se à expulsão dos indígenas que se encontravam nas terras da Indeco, um funcionário dessa Colonizadora foi categórico: ‘Nós aqui domamos os índios e fizemos a limpeza da área’” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 83). Esse relato de um funcionário entrevistado pela historiadora em abril de 1982 deixa claro a construção do projeto de ocupação e integração que a colonizadora e os governos militares possuíam para essas terras, assim como podemos identificar a importância da presença da dissertação da professora no processo de construção da dramaturgia, dando ao espetáculo teatral um embasamento teórico e historiográfico, na construção de suas representações.

Importa, assim, abordar o tema da Propaganda a partir da dramaturgia. Para isso, selecionamos a terceira cena do espetáculo. Nesta cena, figuram cinco atores, caracterizados como migrantes colonos, a rubrica do texto anuncia que chegam no espaço cênico pelo rio, em uma canoa - provável alusão a balsa da INDECO. A região escolhida para o empreendimento imobiliário da Colonizadora possui uma demarcação natural que é o Rio Teles Pires (ou São Manuel), o que impossibilitava o acesso às terras da colonizadora. Por ser um rio de grande escala, dificilmente se conseguia adentrar na região sem que fosse pelo acesso construído e controlado pela empresa, a Balsa da INDECO:

Barreira natural que ajudava na determinação de características socioculturais, distintas para Alta Floresta, se comparada com outras cidades da região. Sabe-se que houve um rigoroso controle para a entrada na área da INDECO, controle este favorecido pelo fato de o único acesso ser a balsa. (LIMA, 2020, p. 107)

Dessa forma, o acesso à área de povoamento só era permitido para pessoas que comprovassem possuir terras já adquiridas na cidade. Esse movimento perdeu força no início da década de 1980. Durante os primeiros anos da colonização da região a entrada de grupos “indesejáveis” era controlada. Tal expediente dava à colonizadora a função de controlar o grupo social a ter acesso à cidade. A empresa iniciava esse processo de seleção ainda na compra das terras. As propagandas e divulgações dessa “terra fantástica da Amazônia” (MACEDO, 2008, p. 96) possuíam um público-alvo definido. Buscava grupos populacionais do estado do Paraná. Em parte, as terras eram vendidas em escritórios da colonizadora, instalados em cidades do Paraná.

A propaganda não se restringia somente às cidades que tinham um escritório da INDECO. Corretores em outras cidades apresentavam as novas terras nos municípios que não tinham ponto específico de vendas. Nessas cidades eram feitas reuniões na residência de alguns moradores, que chamavam os amigos para participarem, e durante as reuniões eram exibidas fotos do projeto da INDECO. (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016, p. 216)

A colonizadora buscava pela população sulista por se tratar de um grupo descendente de imigrantes europeus que, segundo a colonizadora, já possuíam relação com a migração e com o trabalho na terra. Vale recordar o texto “A Terra Para Quem Nela Não Trabalha (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)”, de Alcir Lenharo (1986), no qual compreendemos que parte do Estado do Paraná e do atual Mato Grosso do Sul foram ocupados a partir de projetos de colonização das décadas de 1940 e 1950⁶.

[...]. Em primeiro lugar, abriu-se espaço para o colono do sul, branco, de origem europeia, preferido em relação ao nacional, geralmente de origem nordestina. O colono do sul já teria passado pela experiência da colonização, traria seu pecúlio para aplicar na sua propriedade e, acima de tudo, com outra mentalidade em relação ao trabalho faria da produção uma atividade realmente lucrativa. Produziria, pois, como um capitalista. (LENHARO, 1986, p. 50)

Dessa forma, pequenas propriedades de terra eram foco da INDECO. Nas peças de propaganda, a colonizadora apontava para uma terra próspera, fértil, que teria lugar para todos os que estivessem dispostos a nela trabalhar e que nessa nova terra os problemas que os estavam afetando, como as geadas, não eram uma realidade. É importante termos em mente que nos anos anteriores ao início dos empreendimentos em Alta Floresta, uma geada atingiu a região sul, causando danos para as diversas plantações em território paranaense⁷. Então, quando aparece uma oportunidade, apresentada pela empresa como a salvação para os problemas locais, muitas dessas famílias optam por vender sua pequena quantidade de terra no interior do Paraná para se aventurarem na Amazônia, lugar no

6 No texto, Alcir Lenharo (1986) problematiza a presença dos conflitos por terra no interior do Brasil. É comum abordarmos esses conflitos nessa região do país pós 1964, porém Lenharo nos mostra que esses conflitos já ocorriam anteriormente, e que eles se agravam durante os governos militares pós 1964.

7 Em sua dissertação, Regina Beatriz Guimarães Neto entrevistou diversos colonos que “[...], quando entrevistados, aponta a seca ou a geada como fatores importantes para a sua saída” (GUIMARÃES NETO, 1986, p.12).

qual eles poderiam, segundo a empresa, prosperar de forma fácil e rápida. Na cena selecionada um dos atores anuncia essa terra amazônica.

1. A terra fantástica da Amazônia arrastou um sem número de famílias pobres do campo para cá, provenientes de várias regiões do país. Abra a porta, escuta, sinte, veja, eu lhe apresento: A AMAZÔNIA oferece a você, agricultor, e sua família, uma nova opção de vida. (MACEDO, 2008, p. 96, grifos do autor)

A primeira frase da citação acima é uma referência direta à dissertação de Guimarães Neto (1986, p. 1). Essa é a primeira frase de seu trabalho, a qual foi utilizada na primeira fala dos colonos na dramaturgia. Essa fala apresenta a ideia de terra fantástica e prometida que é retomada nesta cena diversas vezes. Ao compor as propagandas da colonizadora, busca atrair a população com a idealização de uma terra cobiçada e próspera para as famílias.

Durante a cena temos falas que abordam a realidade encontrada por muitos dos colonos e a ideia de paraíso contada pela colonizadora em suas propagandas. Como é o caso dessas duas falas ditas em sequência, “5. Corra, chegou a sua vez / Não haverá outra oportunidade / Morra de mosquito, de malária / A morte bela é a Amazônica” seguindo de “1. Venha plantar conosco nas terras férteis de nossos projetos, as culturas do café, arroz, feijão, milho e mandioca. Desfrute da infra-estrutura que uma nova cidade lhe oferece.” (MACEDO, 2008, p. 97). Duas ideias estão em conflitos nessa sequência de falas: relatos de problemas encontrados pelos colonos que enfrentavam novas doenças e a ideia da terra fértil, parafraseada de forma muito interessante por Regina Beatriz, que a chama de “Ouro Verde”. Sabe-se que as culturas citadas no texto não prosperaram e logo foram substituídas pelo gado e a exploração madeireira, assim, como a busca pelo ouro. Compondo uma representação criada pelo espetáculo de que aquilo que se estava sendo vendido não seria capaz, já que a produção teatral tem ciência dos caminhos percorridos pela economia local.

Outra questão importante que colabora para a migração desses agricultores foi o avanço do grande latifúndio na região paranaense e a automação das lavouras. Grandes latifundiários estavam ampliando suas propriedades a partir da compra de terras de pequenos agricultores que não viam outra opção senão vender suas terras e abandonar aquele território. Sobre essa opção de se buscar colonos no sul do país, Guimarães Neto apresenta a seguinte declaração de Ariosto da Riva.

Indagado a respeito dos motivos pelos quais procurou vender os lotes da gleba de Alta Floresta preferencialmente no Paraná, Ariosto Da Riva respondeu de maneira incisiva: 'Porque no Paraná a mecanização estava expulsando o pequeno, a lavoura mecanizada exige um volume de terra. O pequeno começou a ficar espremido lá, e o homem que vendesse dez alqueires no Paraná podia comprar cem aqui. [...]'. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 100)

Macedo também aborda na dramaturgia esses problemas enfrentados pelos paranaenses ainda em sua terra natal. Os problemas climáticos afetaram de forma dura a região sul do país na década de 1970, desde a falta de água, até as geadas que destruíram plantações. Na mesma fala é possível identificar o avanço das empresas latifundiárias sobre as terras de pequenos agricultores.

2. Era uma terra sem geada, que nem precisava ser adubada, com quase tudo de graça (só módicas prestações mensais), mas a família seria assegurada e poder-se-ia até pensar em não mandar o filho para a cidade, pois 'naquelas terras' havia terra... (MACEDO, 2008, p. 97)

Em relação às migrações causadas por problemas naturais, Guimarães Neto (1986, p. 12-3, grifos da autora) diz,

Ainda que estes fenômenos naturais possam em determinados momentos acelerar a migração, não devem, no entanto, ser considerados os seus causadores. A maioria dos colonos, quando entrevistados, apontam a *seca* ou a *geada* como fatores importantes para a sua saída. Contudo, vejo mais como *dificuldades que parecem não ter solução*, para uma população pobre, oprimida politicamente e que sofre uma espoliação constante de seu saber, incompatível com os novos *modelos tecnológicos*, que somente atendem poderosos grupos econômicos de 'pai para filho'

O apelo pelo sentimento de colono desbravador também se faz presente na dramaturgia, assim como o papel de conquista da Amazônia.

5. Seja errante sempre à procura de alguma coisa, não desistindo nunca, acreditando no desconhecido, recomeçando histórias, obedecendo uma voz interior: 'algo indefinido que impõe ao espírito e ao coração convicção'... (MACEDO, 2008, p. 97)

Dessa forma, "conquistar a Amazônia, deixava de ser simplesmente uma questão de luta por melhores condições de vida e realização pessoal do colono, para ser também uma *contribuição do cidadão à sua nação*" (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 35, grifos da autora). Essa necessidade da conquista também estava pre-

sente na propaganda apontada na dramaturgia sobre a conquista da Amazônia e da terra prometida.

5. Tornem homens fortes e poderosos, capazes de enfrentar perigos nunca vistos, saindo de lugares distantes para lugares tão distantes! Atravessem uma densa e ingênua mata, sofram golpes de morte! Saltem de um sonho para outro, da terra da geada para a prometida terra de abundância... (MACEDO, 2008, p. 98)

As ideias de prosperidade e “terra prometida” presentes na cena em questão foram retomadas nas últimas falas da cena: “2. Era uma terra em que o começo está fora do tempo, não conta tempo não, porque é lá que está o futuro, um futuro de fartura e até que enfim o sossegar... [...] 1. Nós lhe esperamos, porque inventamos um paraíso, onde não há misérias.” (MACEDO, 2008, p. 98). Como já abordamos anteriormente, essa ideia de uma terra de fartura e de futuro foi explorada pelas propagandas da INDECO. Ainda sobre essa concepção de “paraíso terrestre”, Regina Beatriz aponta o pensamento de Ariosto da Riva, dono da colonizadora:

Decididamente, nesse imaginário o mundo era fantástico, não se falava de dificuldades e tampouco de sacrifícios. [...]. Ariosto construía a representação da *terra prometida* e não admitia outras figurações que tentassem substituir a *realidade* pela *imaginação*. Ele, o colonizador, nomeava o real. [...]. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 113, grifos da autora)

Deve-se ressaltar que havia uma diferença entre os projetos de colonização públicos e privados, “[...]. A principal diferença entre colonização privada e pública é a seleção de colonos. A primeira, escolhe as pessoas que têm condições de comprar uma porção de terra, e a segunda é destinada para aqueles que justamente não têm como adquiri-la” (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016, p. 219). No caso da colonização de Alta Floresta, a INDECO realizou uma seleção sociocultural, na qual ela não recebe somente aqueles com condição financeira; porém, sua escolha por realizar campanhas e propagandas somente em uma determinada região do país demonstra o interesse em selecionar possíveis colonos.

O último eixo temático a ser discutido está relacionado com o Garimpo. Segundo Joanoni Neto, em seu livro “Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970” (2007, p. 59), “Alta Floresta fez parte de uma das mais importantes reservas auríferas do Brasil [...]”. Durante a década de 1970, estu-

dos apresentaram a qualidade do solo na região amazônica e de suas riquezas. A exploração do solo em busca do ouro, no caso de Alta Floresta, e de outros projetos do mesmo período, não era propagada, para que não se atraísse uma população indesejada pelas colonizadoras, devido ao número de pessoas pobres que migravam para a cidade sem pretensões de permanecerem nela, mas sim aproveitar a existência do ouro para tentar enriquecer. O foco inicial da colonização era a agricultura, porém, diferente das propagandas sobre a terra, aquele não era um lugar de terra fértil para as mesmas culturas e meios de produção do Paraná. Dessa forma, com o ciclo da agricultura perdendo força e a busca do ouro se mostrando próspera, “Os problemas com as lavouras, [...], aos poucos iam sendo conhecidos. Mais tarde, quando a *fama* já corria deste mundo, o *progresso da cidade de Alta Floresta* e o ouro dos garimpos vinham ampliar e elevar o mito da terra de riqueza” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 33, grifos da autora). Assim, Alta Floresta passa a atrair pessoas não mais para trabalhar com a terra, mas sim para desbravar-lá com o garimpo.

O primeiro diálogo sobre esse tema na peça ocorre na quarta cena. Sozinho em cena um ator caracterizado de agricultor/colono fala com o público.

– Óia, seu moço! Tá uma correria danada pela cidade! De uma hora pra outra a cidade virou um formigueiro de gente! O ouro – não sei se isso é bendito ou maldito – deu sua cara pra estas bandas e o povo endoidou cavando buraco pra todo lado. Nem os atoleiros na estrada segura esse montão de gente que quer chegar aqui e chega. Só se esta terra for somente ouro pra dar pra todo mundo. Ninguém tá respeitando nada. A Natureza, coitada! Tá virando um balaio furado escorrendo uma lama esquisita! (MACEDO, 2008, p. 98)

Nesse trecho, podemos identificar o relato da chegada em grande número de pessoas em busca do ouro que havia sido encontrado nas terras da colonizadora, tornando foco desses migrantes, que vinham de lugares distantes na tentativa do enriquecimento. Na continuidade da cena, entra outro ator caracterizado de colonizador, e se inicia um diálogo entre o colono e o colonizador sobre a presença do ouro e dos garimpos nas terras do projeto da colonizadora.

– Senhor, onde foram todos?
– Deus colocou também ouro nessas terras e eles foram em busca da maldição.
– Maldição?!
– Sim, tudo será alterado. Não haverá mais planos nem planejamento. Chegarão multidões da noite para o dia com seus sonhos brilhantes e rasgarão o solo por todos os cantos. No ar já se sente um cheiro de morte em todos os sentidos.
– Eles morrerão?!

- Não somente eles, mas nós também. Para sobreviver às imposições da garimpagem será preciso estar disposto a matar ou morrer. Mataremos e morreremos. É a lei da sobrevivência.
- Mas e se mandássemos todos embora?!
- Não é mais possível. Já estão vindo de toda parte. Usaremos a polícia para o extermínio de muitos, mas todos, será impossível. O ouro é um atrativo que endoia os homens tornando-os como lobos famintos.
- É terrível!
- Não se preocupe. Haveremos de tirar proveito de toda a situação. Afinal, temos o poder de nosso lado. Pediremos auxílio à Igreja para apaziguar os mais afoitos em nome de Deus. O ouro passará e os que aqui permanecerem sofrerão na busca de seus próprios caminhos. No momento, uma coisa é importante: a cidade crescerá rapidamente sem o ônus da propaganda.
- Pra natureza, isso pode ser pior que uma bomba! (MACEDO, 2008, p. 99-100)

Na cena acima, no diálogo entre colono e colonizador podemos analisar como uma representação da busca pelo ouro, assim como a opressão realizada pela colonizadora INDECO no processo de avanço do garimpo e o crescimento que a cidade teve na década de 1980. No caso de Alta Floresta, o papel repressor da colonizadora e da figura de seu dono, Ariosto da Riva, proliferaram uma perseguição aos garimpeiros, além das mortes e expulsões. É possível identificar repressão e menosprezo pelos garimpeiros, que partiam da própria população que chegara anteriormente, Ariosto da Riva foi o rosto de uma propaganda anti-garimpo na cidade.

Os garimpeiros, que não eram sulistas, foram condenados por Ariosto da Riva. Eles eram os invasores de sonhos e traziam para a sociedade valores antagônicos aos da família, como a violência e a promiscuidade. Quando os garimpeiros, atraídos pela notícia de que havia ouro no entorno de Alta Floresta, estes chegaram aos milhares e o desprezo, o preconceito e a violência contra os garimpeiros. (TAFNER JUNIOR, 2016. p. 220)

Além desse processo de controle, que deixou de existir no início nos anos 1980, o projeto de Alta Floresta da colonizadora INDECO promoveu uma caça a garimpeiros, diferente de outros projetos do norte do estado,

No caso do garimpo de Paranaíta, na área do Projeto Alta Floresta, os garimpeiros que insistiam em entrar foram expulsos com violenta repressão: [...] grande parte dos garimpeiros expulsos [...] por um grande número de jagunços, alguns policiais fardados [e pelo] delegado de Sinop, José Carlos Conte [...] Calcula-se em 300 o número de mortes [...] quem caminha naquelas matas não raro encontra cadáveres já praticamente decompostos. E diga-se que no mês de novembro um grupo de garimpeiros encontrou 18 cadáveres amontoados, mortos recentemente. (JOANONI NETO, 2007. p. 65)

Deixando claro a violência sofrida pelos garimpeiros nos anos iniciais do

projeto e a utilização das forças de repressão do estado em processos que beneficiavam as empresas privadas de colonização na garantia de suas terras (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2019, p.109). Podemos ainda citar o episódio conhecido como “taca”, na qual

Quase todos os garimpeiros (cerca de 3.500) foram torturados pelos bandidos. Em alguns introduziram o cano do mosquetão e outros objetos no ânus, outros eram pendurados pelos pés (muitos até morreram), outros eram obrigados a manterem relação sexual com os próprios companheiros. As mulheres eram violentadas na presença dos maridos pelos policiais e jagunços. Chegou ao ponto de colocarem gasolina na vagina e em seguida atear fogo. Davam coices de mosquetão no ventre de mulheres grávidas. (SCHAEFER, 1985, p. 150 *apud* LIMA, 2020, p. 86)

Então, podemos compreender o uso dessas tentativas da colonizadora de buscar desmoralizar o garimpo e seus praticantes. Em sua dissertação de mestrado “A Lenda do Ouro Verde” (1986), Regina Beatriz Guimarães Neto aponta como havia uma necessidade de diferenciar os migrantes do sul dos migrantes do nordeste, ideia presente nos discursos que frisavam como o colono do sul buscou a terra amazônica para prosperar a partir do trabalho, preservando, ainda, a lealdade a sua família; enquanto os garimpeiros, na sua maioria nordestinos, buscavam apenas o enriquecimento rápido a partir do ouro sem interesses em se fixar na cidade. A tentativa da colonizadora de frear o avanço e a proliferação do garimpo falha, mas esse movimento impulsionado pela empresa gera uma discriminação ainda presente na cidade entre paranaenses e nordestinos.

Nesta representação do novo lugar, o colono é sempre mencionado como o homem da terra, que mais parece carregar uma ‘sina’ – a de cultivar, cultivar. E ocupar. Outros são garimpeiros, grileiros, aventureiros sem rumo, sem lugar, que acompanham o brilho da riqueza e não podem parar. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 67)

Sobre a repressão realizada pela colonizadora, a dramaturgia aponta de forma camuflada. Em sua dissertação, Lima ressalta que essa era uma temática delicada. No ano em que o espetáculo estreou (1996) o filho de Ariosto da Riva, Vicente da Riva, foi eleito prefeito de Alta Floresta. Com isso, havia um certo receio da reação dele e da família Riva como um todo, pelo fato de que eram (e ainda estão) presentes na vida política e detentores de grandes poderes no município

(LIMA, 2020, p. 73-4). Sobre o receio em abordar o episódio de repressão denominado “taca”, Lima (2020, p. 86) diz,

Discussões sobre a ‘taca’ foram longamente travadas pelo TEAF, mas a escolha pelo desvio foi consciente. Seria uma opção demasiadamente espinhosa e perigosa. Do ponto de vista da relação do Grupo com a cidade e os controladores dos espaços de poder, poderia causar problemas para a própria existência do coletivo teatral. Ainda assim, no diálogo das personagens são sugeridas práticas hostis e violentas que foram entendidas pelo espectador mais atento.

No trecho selecionado acima da dramaturgia, também pode-se identificar o crescimento da cidade durante o ciclo do ouro, quando a personagem do colonizador afirma:

Não se preocupe. Haveremos de tirar proveito de toda a situação. Afinal, temos o poder de nosso lado. Pediremos auxílio à Igreja para apaziguar os mais afoitos em nome de Deus. O ouro passará e os que aqui permanecerem sofrerão na busca de seus próprios caminhos. No momento, uma coisa é importante: a cidade crescerá rapidamente sem o ônus da propaganda. (MACEDO, 2008, p. 100)

Durante esse período, a cidade foi sede de um dos principais garimpos do país. Assim, a colonizadora passa a receber investimentos em suas terras sem a necessidade da propaganda, a cidade passa a se tornar famosa e o fruto do desejo de diferentes brasileiros, que sonham com essa terra de riquezas. E, assim como a personagem diz, o ouro deixa de ser abundante no final da década de 1980 início de 1990, gerando na cidade um debandada, levando a permanecer somente aqueles que tinham interesse de permanecer, ou que não tinham condições de se aventurar em outros lugares. Durante a década de 1990, o comércio de madeira passa a ser o principal produto da região, sendo ultrapassado pela pecuária nos anos 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso artigo buscamos compreender as representações engendradas na dramaturgia “Fragmentos de Vida” (1995), do TEAF, a partir dos recortes dos eixos temáticos: Participação do Governo Federal, Propaganda e Garimpo, discutidos nos tópicos anteriores. Procuramos identificar e relacionar os trechos

da dramaturgia com o dissertação de mestrado da historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto (1986) e com outros textos historiográficos que discutem as temáticas abordadas. Assim, buscamos uma primeira aproximação com as possibilidades de se utilizar uma produção teatral como fonte histórica.

A partir da dramaturgia, observamos ser fundamental estabelecer o lugar político-social do dramaturgo Agostinho Bizinoto e do grupo Teatro Experimental de Alta Floresta e sua relação com o território no qual está inserido, abordando, em seu espetáculo, problemas importantes para a realidade de Alta Floresta e da Amazônia Legal, como seu posicionamento perante a cidade e seu processo de colonização.

Podemos identificar a partir das representações construídas e contidas na dramaturgia teatral uma relação similar às pesquisas historiográficas, muito porque o texto teatral possuiu como principal referência a dissertação de mestrado de Regina Beatriz Guimarães Neto, aproximando a discussão proposta pelo espetáculo do conhecimento histórico. Mas também foi possível identificar na análise da dramaturgia e da dissertação de mestrado de Ronaldo Adriano Freitas Lima, que a produção da obra teatral carregou a presença das relações de poder presentes na cidade, evitando em alguns momentos a discussão mais aflorada e direta sobre o papel e a presença da empresa colonizadora nas relações com os colonos e garimpeiros. O que nos parece identificar a compreensão do espaço em que o grupo de teatro estava presente, assim como suas relações com as figuras de poder da cidade.

Podemos compreender a partir da análise realizada, que o processo de ocupação da Amazônia teve uma presença ativa de empresas privadas juntamente com o governo militar. Construindo cidades que pudessem servir de processo civilizatório e controlador sobre, não somente o espaço recém ocupado, mas também sobre os corpos daqueles que estavam sendo colocados como parte crucial da integração nacional, os migrantes. Portanto, procuramos discutir nesses três recortes temáticos que o processo de colonização e ocupação da região norte de Mato Grosso, em especial da cidade de Alta Floresta, pudesse ser compreendido como um processo de controle da terra e dos corpos ali inseridos, apresentando esta região como um “paraíso na terra”, um lugar no qual a terra fosse fértil a ponto de brotar oportunidades em todas as lavouras.

Concomitantemente, entendemos possível problematizar o processo de ocupação do norte de Mato Grosso. A partir da dramaturgia, percebe-se a sele-

tividade dos colonos, optando-se por sulistas em contraposição aos migrantes nordestinos, gerando tensões principalmente na década de 1980. Que as imagens e os expedientes retóricos que compõem um texto teatral gerem outros trabalhos ocupados com o projeto de colonização implementado no período da ditadura militar no Brasil, possibilitando refletir, criticamente, sobre agentes e as práticas mobilizadas no território da Amazônia Mato-grossense.

FONTE

MACEDO, Agostinho Domingos Bizinoto. Fragmentos de Vida (1996). In: MACEDO, Agostinho Domingos Bizinoto. **Textos Teatrais de Agostinho Bizinoto: Dramaturgia Popular Surgida de Experiências em Grupo**. Alta Floresta – MT. EGM, 2008. p. 93-106.

MACEDO, Agostinho Domingos Bizinoto. **Textos Teatrais de Agostinho Bizinoto: Dramaturgia Popular Surgida de Experiências em Grupo**. Alta Floresta – MT. EGM, 2008.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Celina D'. O que era novo no Estado Novo. In: ARAÚJO, Maria Celina D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000. p. 7-14.

CHARTIER, Roger. O autor entre punição e proteção. In: CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 21-45.

CHARTIER, Roger. Introdução: Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 2002, p. 13-28.

GALVÃO, Josiani Aparecida da Cunha. Colonização e cidades em Mato Grosso. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal – RN. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares> Acesso em 01 out 2020.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**. 177f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas – SP, 1986. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/17663?guid=1663774492256&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1663774492256%26q_uantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d17663%2317663&i=1>. Acesso em 09 abr 2020

JOANONI NETO, Vitale. **Frenteira da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial; EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia: Políticas governamen-

tais, práticas de 'colonização' e controle do território na ditadura militar (1964-85). In: **Anuário IEHS**, v. 34 (1) 2019, p. 99-122. Disponível em: [https://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2019%201/05%20Anuario%20IEHS%2034\(1\)%20d.Netos.pdf](https://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2019%201/05%20Anuario%20IEHS%2034(1)%20d.Netos.pdf)

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. In: **Diálogos Latinoamericanos**, v. 26, 2017, p. 144-156. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/download/112740/161470/231052> Acesso em 28 mai 2020.

LENHARO, Alcir. A Terra Para Quem Nela Não Trabalha (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). In: **Revista Brasileira de História**, v.6 nº.12, p.47-64, São Paulo - SP, 1986. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3626 Acessado em 08 de mai de 2020.

LIMA, Ronaldo Adriano Freitas. **O lugar e a cena**: a territorialidade na poética do Teatro Experimental de Alta Floresta. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Cuiabá - MT, 2020. Disponível em: <<https://ri.ufmt.br/handle/1/3485>>. Acesso em 23 jun 2022.

LIMA, Ronaldo Adriano Freitas. Fragmentos de Vida - A ocupação da Amazônia mato-grossense nos palcos da cidade. In: LIMA, Ronaldo Adriano Freitas. **O lugar e a cena**: a territorialidade na poética do Teatro Experimental de Alta Floresta. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Cuiabá - MT, 2020. Disponível em: <<https://ri.ufmt.br/handle/1/3485>>. Acesso em 23 jun 2022.

PATRIOTA, Rosangela. O Teatro e o Historiador: interlocuções entre linguagem artística e pesquisa histórica. In: RAMOS, Alcides Freire; PEIXOTO, Fernando; PATRIOTA, Rosangela. (Orgs.). **A história invade a cena**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 26-58.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: "ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio" Amazônico. In: **XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza - CE, 2009. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1230.pdf> Acesso em 09 de out de 2020.

TAFNER JUNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso. In: **Novos Cadernos NAEA**. v.19, n.3, p.205-232, set-dez 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2527/4091> Acessado em 23 de out de 2020.

TEATRO EXPERIMENTAL DE ALTA FLORESTA. **Livros de Ata 1**. Disponível no Arquivo Memória TEAF.